
Limitações à diversidade significativa de versões nas notícias: a cobertura d’O Globo e do Diário de Pernambuco na eleição presidencial de 2018¹

Nathália Carvalho ADVÍNCULA²
Maria Clara de Oliveira MARTINS³
Heitor Costa Lima da ROCHA⁴

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

O presente artigo propõe a análise da cobertura eleitoral da corrida presidencial no Brasil em 2018 a partir da editoria de política dos jornais O Globo e Diário de Pernambuco, buscando compreender como os veículos fomentam o debate sobre os candidatos à presidência e em que medida são concebidos como espaços legítimos de informações e discussão de versões, e não meros replicadores de consensos pré-moldados. Assim, parte-se do princípio de que a qualidade da cobertura jornalística está vinculada à autonomia do jornalista em face das pressões sistêmicas da burocracia e do mercado, garantindo o caráter crítico da representação simbólica noticiosa da realidade como condição necessária ao exercício consequente da cidadania política. A análise, contudo, identificou limitações à representação de uma diversidade significativa de versões nos dois jornais.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo; democracia deliberativa; cidadania; O Globo; Diário de Pernambuco.

Introdução

Com a vinda de D. João VI para a colônia, em 1808, o momento de “terror intelectual” (BAHIA, 1990, p.19) que o Brasil vivia começa a se transformar. Inicia-se um período de modernização e avanços tecnológicos no país, o que subjugou a atividade jornalística a uma natureza oficiosa, submetida a demandas propagandistas, por exemplo, exaltando governo, religião e bons costumes, como ocorreu nos primeiros números da Gazeta do Rio de Janeiro.

¹ Trabalho apresentado no Intercom Junior do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 30 de maio a 1 de junho de 2019.

² Aluna do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. E-mail: nathalia__carvalho@hotmail.com

³ Aluna do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco e ex-bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq. E-mail: mariaclaramartins1998@gmail.com

⁴ Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: hclrocha@gmail.com

A partir do entendimento dessas publicações como monótonas, foi necessário incorporar à produção jornalística um viés comercial, o que forçou os jornalistas a reverem seus conteúdos, enfatizando, agora, a informação, que se apresentava como uma opção vendável.

Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo, os jornais são encarados como um negócio que pode gerar lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto, as notícias, baseadas nos “fatos”, e não nas “opiniões”. (TRAQUINA, 2005, p. 34)

Dessa forma, a lucratividade norteou o surgimento de fundamentos tidos até hoje como básicos no que diz respeito à atividade jornalística, como a independência, a busca pela verdade, a postura do jornalismo como um serviço público e a objetividade. No entanto, no livro *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*, Schudson (2010) afirma que a exigência de notícias objetivas feitas pela imprensa se faz estranha quando aplicada a instituições que, com frequência, são órgãos que se dedicam, antes de tudo, à sobrevivência econômica.

Esses critérios mercadológicos e burocráticos de seleção dos acontecimentos que irão virar pautas nos jornais podem, caso prevaleçam, distorcer sistematicamente a comunicação como estratégia de dominação dos aparelhos de Estado e as grandes corporações de mercado, monopolizando o discurso por meio de fontes únicas, que formam sentidos e identidades, agravando, como atualmente, intolerâncias, discriminações e violências.

Assim, a presente pesquisa⁵ enxerga que, pelo fato do jornalismo ser o setor da mídia onde as questões de interesse coletivo deveriam ser tratadas, é necessário dar a ele um caráter fundamental e estratégico na maneira como os sujeitos respaldam suas ações e apropriam-se de suas identidades individuais e coletivas, já que, segundo Thompson, “nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas” (2001, p. 38).

⁵ Este trabalho traz os resultados das duas fases da pesquisa do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE) intitulada *A Diversidade de Versões na Cobertura das Eleições de 2018: As Notícias e a Opinião Pública no Diário de Pernambuco e n’O Globo*, com bolsa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Para tanto, a pesquisa se propõe a construir um panorama da qualidade da cobertura noticiosa do periódico pernambucano Diário de Pernambuco e nacional O Globo tendo em mente algumas dinâmicas. A primeira diz respeito aos critérios de relevância na seleção das notícias, observando se há a disponibilização de informações de interesse coletivo que possam engajar o público na execução de sua cidadania. Da mesma forma, é necessária certa atenção aos critérios de irrelevância na medida em que a escolha dos acontecimentos passa a ser decidida pelo infoentretenimento, ou seja, pela intenção de atrair a audiência através da espetacularização e do sensacionalismo.

Além disso, o momento estratégico da construção da notícia também merece enfoque, já que é aqui que se define o enquadramento do acontecimento com a interpretação de suas fontes e versões. Márcia Benetti (2010, p.119) observou a complexidade do estudo dos enunciadores no reconhecimento dessas pluralidades e diversidades, pois um discurso que aparenta polifonia pode ser um “discurso apenas falsamente plural”, quando as fontes partem de uma “mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras”.

Dessa forma, a pesquisa se constitui de duas fases (1) investigação qualitativa e quantitativa das notícias das editorias de política dos jornais O Globo e Diário de Pernambuco; (2) entrevistas com jornalistas desses periódicos com discussões acerca de suas autonomias diante da política editorial do veículo de comunicação que trabalham.

1. O mito da objetividade

Os critérios definidores da qualidade da prática jornalística parecem atuar sob o comando de duas perspectivas de paradigmas epistemológicos: (1) o modelo tradicional positivista, que se fundamenta numa teoria da verdade como correspondência, em que o conteúdo produzido pelo jornalista pretende apenas espelhar a realidade, o que pressupõe que as notícias são como são porque a própria realidade assim as determina (TRAQUINA, 2004), negando, dessa forma, que a própria noção de realidade chega até as pessoas “já impregnada de linguagem” (HABERMAS, 2012, p.14). Assim, a pretexto de defender a neutralidade e a imparcialidade, impede o jornalista de emitir, de forma assumida e transparente, juízo de valor, o que, de forma dissimulada, não acontece com a política editorial do veículo; e (2) o modelo construtivista da discussão política contando com uma diversidade significativa de versões que existem na sociedade (Habermas, 1997;

Herman, 2016), o que traz protagonismo para o público, pois acarreta no reconhecimento da sua autoridade no momento de definição do sentido e na análise democrática sobre as questões coletivas, já que pressupõe que a definição do significado se dá através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade comunicativa, cujo consenso estabelece, de modo sempre provisório e sujeito à revisão, a noção de verdade e realidade.

José Carlos Correia (2016, p.7), no entanto, identificou em seus estudos uma certa tendência de declínio da hegemonia da ideia de objetividade como “conceito central das teorias que abordam o jornalismo e a comunicação pública”, já que tem-se adotado cada vez mais a noção de “construção social da realidade” praticada pelos jornalistas, mesmo que nos meios científicos ainda prevaleça uma forte influência da concepção de jornalismo objetivista (Hallin e Mancini, 2010). Acreditava-se possível e adequado separar fatos de valores, ou seja, havia um pensamento de “confiança nos ‘fatos’, uma desconfiança dos ‘valores’, e um compromisso com a segregação de ambos” (SCHUDSON, 2010, p.16). Todavia, hoje já é entendido que a notícia é um enquadramento do olhar do jornalista, que é atravessado por diversos outros fatores, como a política editorial do veículo, que definem a notícia enquanto acontecimento da realidade compartilhada intersubjetivamente, e não objetiva, como apregoa a visão positivista. Como Alsina pontua: “Um acontecimento não é uma realidade objetiva externa nem alheia ao sujeito que percebe esse acontecimento [...] mesmo que um jornalista tenha a percepção do fato, ele sempre irá interpretar a realidade de acordo com a sua enciclopédia.” (2009, p.13).

Esse pensamento concilia-se com as categorias de análise de Mauro Porto (2004), pois essa relação aparece na noção que coloca o discurso jornalístico como capaz de produzir interpretações diversas e plurais, ao mesmo tempo que corre o risco de reforçar posições dominantes. O autor, ao entender enquadramentos como instrumentos de poder, relata como “efeitos de formação podem ocorrer sem ninguém ter consciência do impacto do enquadramento adotado nas decisões e podem, ainda, ser explorados para alterar a atratividade relativa das opções” (PORTO, 2001, p.79). A partir disso, o teórico divide os enquadramentos em: episódico, quando a notícia é descritiva, ou seja, pretende apenas relatar um acontecimento como um episódio; restrito, ou seja, representa a notícia apenas com uma única versão; e plural, que, por sua vez, se divide em plural-aberto, quando há uma diversidade significativa de versões e fontes, e plural-fechado, quando um

posicionamento particular é favorecido explicitamente. Fica clara, assim, a importância dessa classificação de enquadramentos, pois eles podem servir como uma ferramenta de denúncia sobre o modo distorcido como as questões de interesse público são discutidas.

2. A possibilidade de autonomia do jornalista frente à política editorial

Muitos jornalistas exercem suas atividades em empresas comerciais que visam ao lucro com linhas editoriais e limites estabelecidos. Assim, por vezes, esses profissionais parecem ter pouca clareza sobre seu papel, acreditando que não têm muito a fazer frente aos poderes econômicos e políticos que atuam nesses ambientes, talvez por uma falta de reflexão e de preparo teórico que resulta numa alienação, no sentido de tornar-se alheio, e numa acomodação.

Esse tipo de jornalista relativiza seu papel no processo de influência e acredita que, ao escrever uma matéria, por exemplo, sua ação restringe-se apenas à simples atividade de relatar um acontecimento, como se o que ele pensa a respeito do mundo não operasse com efeito sobre o seu trabalho final. No entanto, como considera Robert Park (1940), as notícias têm caráter narrativo, e, por isso, são uma forma de conhecimento.

A partir disso, é compreensível a concepção do autor sobre o dever do jornalismo de formular um juízo de valor sobre os acontecimentos que apura, para que, conseqüentemente, a opinião pública se forme e as instituições democráticas funcionem. Assim, para ele, o jornalista tem que se posicionar de forma assumida, transparente e pedagógica, sabendo que o público é a autoridade maior para a deliberação dos assuntos coletivos. O poder da imprensa, então, ganha vida na possibilidade e na capacidade de mobilização da comunidade, formando-se, nas democracias como uma ferramenta central do poder político.

Sobre essa questão da autonomia do jornalista em relação com as fontes e a política editorial da organização empresarial, Sônia Serra (2001, p.85) registrou duas perspectivas opostas. Por um lado, ela notou que há uma abordagem liberal-pluralista que se vincula à uma concepção dos veículos de comunicação de massa como “organizações independentes da estrutura de poder da sociedade, controladas principalmente externamente pelos seus consumidores e pela competição entre as fontes; e internamente pelos seus profissionais, influenciados pelos valores comuns da sociedade”. A partir disso, compete, idealmente, à mídia as funções de vigilância sobre os governos, a garantia

de todas as interpretações e a disponibilização de representações objetivas para o estabelecimento de um debate amplo nas questões de interesse público.

No sentido contrário, a abordagem radical chama atenção para o fato de que os meios de comunicação parecem trabalhar para propagar a ideologia da classe dominante, já que são subordinados aos interesses do Estado capitalista e demais organizações poderosas na sociedade, sob a influência das condições econômicas do mercado. Como forma de superar essa dicotomia entre a liberdade absoluta de atuação do jornalista, que permite ou não a passagem de acontecimentos, fontes e versões para a transformação em notícia, e a determinação total da atuação do profissional pela política editorial ditada pelos controladores do investimento de capital no negócio de indústrias das notícias, Warren Breed (2016) sugere uma contundente reflexão.

Para o teórico norte-americano, de forma ideal, não deveria haver nenhum problema de “controle” ou de “política” no jornal, pois as decisões seriam condicionadas pela própria natureza do acontecimento e pela habilidade do repórter em descrevê-lo. No entanto, na realidade empírica, é possível notar que o proprietário define a política editorial do seu veículo e que ela é seguida pelos membros do corpo redatorial, mesmo que não de forma automática, já que há normas éticas da ideologia profissional do jornalismo que prescrevem aos veículos uma autocompreensão normativa comprometida com a autoridade do público.

Além disso, atua o fato dos jornalistas funcionários terem posições ideológicas diferentes dos seus patrões, o que pode dar margem para a invocação das normas éticas para justificar enquadramentos além dos limites da política editorial; e o “tabu ético”, que impede o dono do veículo de obrigar explicitamente seus subordinados a seguirem a sua orientação, correndo o risco, assim, de desmoralizar a imagem do veículo e comprometer a sua credibilidade diante do público (BREED, 2016, p.152).

3. Análise qualitativa e quantitativa

Pensar o modo como a mídia constrói enquadramentos e versões dos acontecimentos em períodos de tamanha relevância social como as eleições presidenciais é fundamental para compreender a proximidade entre os interesses priorizados na prática e o interesse público. Longe de aceitar a objetividade como uma meta possível e desejável, o que se buscou compreender nesta pesquisa é a maneira como os consensos sociais no campo político são construídos.

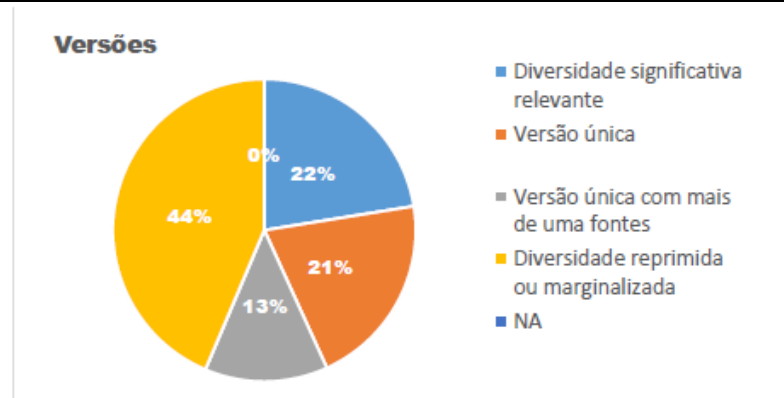
Então, a primeira etapa do projeto voltou-se para o processo de coleta do *corpus*. Dentre o conteúdo divulgado pelos periódicos, foram selecionados aqueles que se referiam especificamente às eleições presidenciais, independentemente de serem conteúdos replicados de agências de notícias. Assim, entre agosto e outubro de 2018, foram selecionadas 472 notícias e 290 colunas d'O Globo, além de 426 notícias e 118 colunas do Diário de Pernambuco.

Uma tendência apresentada pelos dois jornais se refere ao tratamento dado às questões governistas, que, muitas vezes, são apresentadas como a única solução possível para os problemas nacionais. Há, ainda, uma inclinação que pode representar um risco ao debate no que se refere à existência de um cenário de extremos políticos raramente questionado. É constatada, assim, uma característica de situação típica do espiral do silêncio (NOELLE-NEUMANN, 2018) na qual uma versão é apresentada como a única possível de ser aceita, condenando as demais ao isolamento.

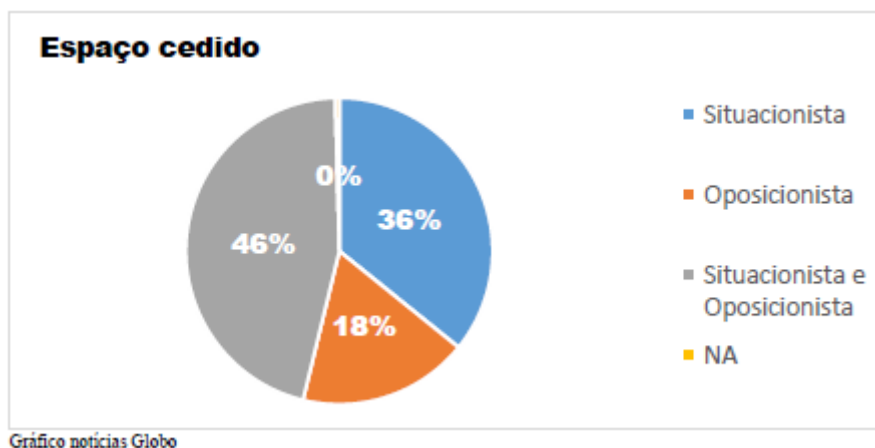
Tal situação enfraquece a possibilidade de construção do princípio de consenso autêntico defendido por Habermas (2003), elaborado através de uma discussão ética com opiniões argumentadas racionalmente entre os diferentes lados. Do contrário, a pouca variabilidade de informações representa um risco social ao se constituir numa atividade de caráter autoritário que gera alienação.

3.1 O Globo

Pela característica turbulenta do último período eleitoral, a maioria do conteúdo veiculado pelo jornal O Globo, tanto no caso das colunas (90,7%) quanto das notícias (97%), traz acontecimentos que por si só são relevantes. A problemática surge, então, quando passamos a observar a quantidade de versões utilizadas para representar esses acontecimentos, pois mais de 70% das notícias apresentaram posicionamentos únicos, o que relegou a escassos 21% dos textos situações de respeito à diversidade significativa de versões existentes.



A situação do gráfico acima passa a ser reiterada na discussão sobre os enquadramentos, já que 44% representam cenários de plural-fechado e 34% restritos. Já no que se refere ao tipo de posicionamento político das fontes apresentadas ou parafraseadas especificamente nas notícias, 46% do conteúdo contém os dois tipos de fontes ao mesmo tempo. No entanto, o posicionamento situacionista ainda é privilegiado em termos de espaço cedido, já que aparece sozinho em 36% do conteúdo citado, contra 18% da oposição.



Ao mesmo tempo que foi constatada uma representação positiva do enquadramento governista em 52% do conteúdo analisado, 65% das matérias trazem a oposição de modo negativo, o que levanta questionamentos quanto a qualidade das informações cedidas ao cruzarmos este estudo com o tipo de versão.

3.2 Diário de Pernambuco

A tendência situacionista volta a ser reiterada em âmbito local nas matérias e colunas do Diário de Pernambuco. Esse fator é ainda mais acentuado quando

considerados que mais de 60% do conteúdo divulgado sobre os então presidentes é replicado de agências de notícias nacionais (agência Estado, Brasil e Correio Braziliense), de modo que raramente apresentam qualquer tipo de contextualização com a situação estadual.

Em termos das versões apresentadas, o Diário aponta para situações mais diversificadas no modo como são apresentadas as diferentes interpretações sobre um mesmo fato. No entanto, essa variabilidade evidencia, na maioria das matérias, situações longe do ideal democrático de diversidade significativa de versões, como apontado no gráfico abaixo.

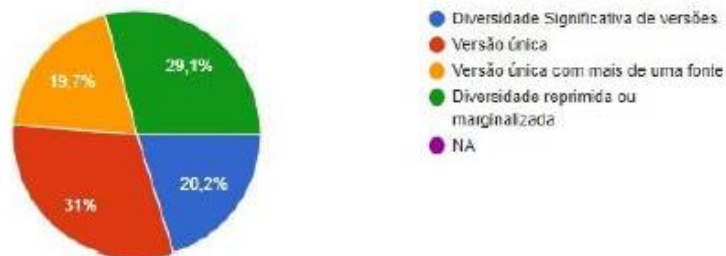
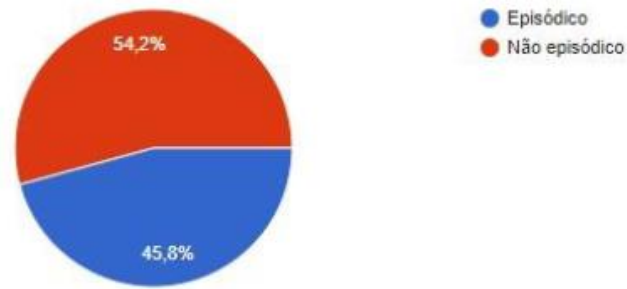


Gráfico Notícias do Diário de Pernambuco

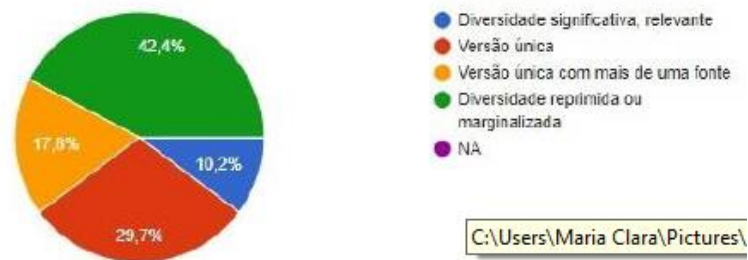
A coleta dos dados aponta, assim, para uma grande quantidade de matérias com versões únicas que representa a maioria dos textos analisados. Por constituir uma prática ainda mais problemática que alguns dos modelos de simulacros de diversidade, a tendência aponta não só para o esvaziamento do debate, mas para uma quebra de princípio ético jornalístico que priva a população de informações de caráter comprovadamente relevantes, constituindo um modelo de jornalismo declaratório mais próximo de um trabalho de assessoria.

Um aspecto que chama atenção nas colunas do Diário de Pernambuco é a quantidade de textos de caráter episódico, referente às construções textuais sem citações diretas das versões envolvidas, sendo a presença da pluralidade de vozes relacionada ao modo como o jornalista articula as versões. Na amostra analisada quanto às colunas, textos deste tipo correspondem a 45,8%.



Gráficos colunas do Diário de Pernambuco

Os dados acima adquirem sentido ainda maior quando comparados com os tipos de versões e enquadramentos, como apontado por Márcia Benetti ao afirmar que “o discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico. Para identificar seu caráter polifônico ou monofônico, é preciso mapear as vozes que o conformam e, nesse movimento, refletir sobre as posições de sujeito ocupadas por indivíduos distintos” (BENETTI, 2010, p.116). Nesse sentido, ao estabelecer uma relação dos textos com o tipo de versão apresentada abaixo, observamos que as construções das matérias não contemplam uma diversidade significativa.



Gráficos colunas do Diário de Pernambuco

4. Entrevistas

Foram entrevistados sete jornalistas: três do jornal Diário de Pernambuco e quatro d’O Globo. Como combinado, não haverá divulgação dos nomes dos jornalistas e quais veículos estão vinculados como forma de evitar possíveis problemas entre as fontes e as empresas em decorrência do conteúdo das entrevistas. Assim, fica estabelecido que a nomenclatura utilizada designa jornalista 1, 2 até 7 e Jornal X e Y.

4.1 Mudanças estruturais nas redações

Os jornalistas, durante a entrevista, chamaram atenção para dois pontos que parecem estar moldando a produção de notícia nos jornais: a Internet e as redes sociais mudaram significativamente a prática jornalística; e, as grandes equipes que antes atuavam, hoje, foram enxutas. O jornalista 2 expôs:

Antigamente, nós tínhamos grandes equipes, o que favorecia, inclusive, a cobertura de notícias nacionais, por mais que estivéssemos longe fisicamente de uma edição nacional, sempre tinha algum repórter acompanhando e puxando alguma coisa pro local. Com o redimensionamento das equipes, isso complicou um pouco [...] porque você fica refém do olhar das agências de notícias.

O jornalista 1 confirma a declaração do colega e adiciona que: “Nas coberturas de antigamente, o repórter viajava bastante. Hoje, isso está praticamente fora de cogitação. Então, a questão econômica influenciou uma mudança que teve rebatimento na qualidade do jornalismo. O jornalista 7 faz coro a esse posicionamento e acrescenta: “É o maior problema que as redações vivem hoje: cortes e pouca gente. [...] Infelizmente, as redações estão trabalhando no osso”.

No que tange a questão da Internet nos dias de hoje, em um dos jornais (Y), a própria rotina deixou o impresso em segundo plano na veiculação das matérias quando passou a ser editado apenas após o acompanhamento do que estava sendo mais discutido nas redes sociais, como explica o jornalista 4: “O jornal é produzido todo pela Internet. O impresso só é feito a partir das 4 horas da tarde. Temos as respostas da Internet e o jornal tenta se reinventar a partir do que se tem nela”.

Além disso, há uma admissão maior da ideia de que a objetividade causa prejuízo para o jornalismo, como destaca o jornalista 2: “É impossível se retratar exatamente como foi, então vamos procurar relatar de modo mais próximo da verdade. Mesmo estando junto e presenciando, você ainda passa pelo filtro das suas convicções”.

Fazendo coro ao colega, o jornalista 3 declara: “Como repórter, você tem que apurar o máximo das informações, aí você trabalha as diversas óticas. A partir disso, tem o interpretativo, que exige profissionais com mais capacidade de pensar o significado das coisas. O mero relato não satisfaz mais”.

4.2 Representatividade social na cobertura

Apesar de reconhecerem que fizeram grandes esforços durante a campanha eleitoral para ampliar o debate público com uma maior representatividade social, os jornalistas admitem que sempre há o que se superar. Mesmo destoando dos dados obtidos na análise quantitativa, os profissionais consideram pertinente a abertura de espaço para identidades subalternizadas.

O jornalista 1 do Jornal X revelou que, apesar de ser clara a necessidade de melhorias, o veículo em que ele trabalha buscou quebrar essa barreira monológica de versões: “Você vai cobrindo e vai vendo que era melhor ter feito de outra forma. Eu sei que, antes das eleições, nós veiculamos uma entrevista grande com o presidente da CUT, da Fetape, com advogados, com a Federação da Indústria, etc. É importante também ouvir o povo”.

Ele também argumenta que, nesse sentido de ampliar o contato do público com os candidatos, a promoção de debates é excepcional, já que eles não estão presos à “maquiagem” do programa eleitoral, pois, neste, o candidato pode dizer o que quer, mas num debate há uma cobrança muito maior.

Além da pluralidade nas páginas dos jornais, alguns entrevistados acreditavam que a presença de identidades diversas dentro das redações também faria diferença positiva. O jornalista 5 afirmou que: “Dar mais espaço para as minorias, tanto na redação quanto nas páginas dos jornais ou nos sites, é um desafio constante que a gente deve perseguir”.

5. Considerações finais

Construindo um panorama dos jornais Diário de Pernambuco e O Globo, a pesquisa tentou mensurar como esses periódicos representam diversas vozes e como eles concebem o público como peça fundamental na engrenagem da produção jornalística. Desse modo, foi possível observar que, por depender bastante das agências de notícias, o Diário de Pernambuco cai na armadilha de menor representatividade de diferentes versões.

Nas entrevistas, fica claro que questões econômicas interferem, inclusive, em linhas editoriais, já que influenciam nas dinâmicas da prática jornalística, forçando uma redução na equipe, o que relega aos jornais à mera replicação dos acontecimentos. Além disso, tem-se a noção da importância do público, especialmente quando oferece um

retorno qualificado através das redes sociais, atuando como um tribunal, agendando, inclusive, o que é debatido.

A construção desse panorama, tanto com análises quantitativas e qualitativas quanto com as entrevistas, foi fundamental para reconhecer o importante papel do jornalismo na criação de uma representação simbólica na sociedade. A partir disso, faz-se necessário o aprofundamento da discussão sobre as possibilidades de mudanças que garantam mais autonomia aos jornalistas, ao pluralismo, de modo compromissado com a ética e com a preservação das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, História e Técnica: a história da imprensa brasileira**. 5^o ed. Ática, 1990.

BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis; Vozes, 2010.

BREED, Warren. **Controle social na redação: uma análise funcional**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

CORREIA, João Carlos F. Prefácio. In: Gradim, Anabela., **Framing - O enquadramento das notícias**. Lisboa: Livros Horizonte. 2016.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Volume 2, São Paulo, Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Volume 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media: Estudo Comparativo - Três Modelos de Comunicação e Política**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

NOELLE-NEUMAN, Elizabeth. **A espiral do silêncio: nossa pele social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2018.

PARK, Robert E.; **News as a form of knowledg**. in Tumber, Howard (ed), 1999, *News - A Reader*, UK: Oxford University Press, 1940.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SERRA, Sônia. **A produção de notícias e a esfera pública internacional**. In: *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre; EDIPUCRS, 2001.

SCHUDSON, Michael. **Descobrendo a notícia: uma história dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** - uma teoria social da mídia. Petrópolis, Vozes, 2001.

TRANQUINA, N. **A tribo jornalística**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis, Insular, 2^o edição, 2005.